

A agressão israelense em Gaza: uma história de genocídio

Por Nagib Nassar
professor emérito da UnB e do CNPq

Nas últimas seis décadas e meia, o governo israelense e seus predecessores na lei – as agências, forças e gangues terroristas sionistas – implementaram implacavelmente uma campanha militar, política, religiosa, econômica e cultural sistemática e abrangente com a intenção de destruir em parte substancial o grupo nacional, étnico, racial e religioso que constitui o povo palestino.

As ataques militares à população de Gaza fizeram a Anistia Internacional emitir uma declaração proclamando que “uma investigação do Tribunal Penal Internacional (TPI) é essencial para quebrar a cultura de impunidade que perpetua a prática de crimes de guerra e crimes contra a humanidade em Israel e nos Territórios Palestinos Ocupados.” O caso para tal ação torna-se ainda mais convincente à luz das graves violações do direito internacional humanitário cometidas por Israel na Faixa de Gaza e em Israel. A história contínua de uma agressão que mobilizou tanto organizações internacionais como nacionais.

A Organização Palestina de Direitos Humanos constatou que graves violações do direito internacional foram cometidas durante as ofensivas israelenses de 2014 contra Gaza, que levaram à morte de mais de 2 mil pessoas, e acusou Israel de cometer genocídio durante a operação. O presidente boliviano Evo Morales, chamou o embaixador de Israel na Bolívia e a ele declarou: “O que está acontecendo na Palestina é um genocídio”. O governo brasileiro naquele ano condenou com veemência a ação não proporcional contra o povo palestino. A autora e ativista Naomi Wolf escreveu: “Estou de luto pelo genocídio em Gaza, porque sou a neta de uma família quase extinta em um holocausto e reconheço o genocídio quando o vejo.”

No outro lado, a ministra da Justiça israelense, Ayelet Shaked, postou uma declaração no Facebook em junho de 2014, afirmando que “todo o povo palestino é o inimigo” e pediu a destruição da Palestina, incluindo seus idosos e suas mulheres, suas cidades e vilas, suas propriedades e sua infraestrutura." O *post* também pedia o assassinato de mães palestinas que deram a luz à “pequenas cobras”.

A história macabra continuou, pois em agosto de 2014, Moshe Feiglin, então vice-presidente do Knesset (parlamento israelense) e membro do partido Likud do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, pediu a destruição da vida palestina em Gaza e ofereceu um plano detalhado para espalhar palestinos que vivem em Gaza pelo mundo. Especificamente, ele imaginou um cenário onde as Forças de Defesa de Israel (IDF) encontrariam áreas na fronteira do Sinai para estabelecê-los.

Feiglin, esse ex-membro da gangue Argon, pensava e agia do mesmo modo da sua antiga gangue e sua história sangrenta que levou a fuga de 700 mil refugiados desse inferno nos anos 1947 e 1948. Esses massacres foram condenados até pelos próprios judeus, como Einstein. Moshe Feiglin publicou, em 1947, uma carta em que desistia de ser presidente do grupo criminoso e condenava os crimes cometidos.

Mas quem ler jornais ingleses dos anos 1946 a 1948 fica chocado com os massacres cometidos. As operações terroristas ultrapassaram o número de 600 e culminaram em mais 20 mil mortes nesse período, inclusive o assassinato do Conde Folk Bernadote, mediador das Nações Unidas, pela organização sionista Lehi!

O terror estendeu-se até a aviação, pois o primeiro ato de pirataria aérea da história da aviação civil foi realizada por Israel, em dezembro de 1954, quando um avião sírio civil foi forçado a descer em Tel Aviv, e seus passageiros e tripulantes detidos durante dias, apesar da condenação internacional.

Em 1968, comandos israelenses explodiram 13 aviões civis no aeroporto de Beirute, no Líbano. A primeira destruição de um avião civil foi realizada por Israel, quando um avião líbio foi abatido por caças israelenses sobre o Monte Sinai, em fevereiro 1973, sob as ordens diretas do primeiro-ministro de Israel, Golda Meir, matando todos os 107 de seus passageiros e toda a tripulação francesa.